



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

SEÇÃO ESPECIAL DA REVISTA MOTRICIDADES (ISSN: 2594-6463)

Tema: “Práxis decoloniais e perspectivas interseccionais em diálogo com as Motricidades”

Editora convidada: Cláudia Foganholi (Universidade Federal Fluminense)

Prazo final para submissão de resumos (500 palavras): 28 de abril

Envio de resumos para: claudiafoganholi@id.uff.br (recomenda-se leitura completa do documento antes do envio do resumo).

Descrição geral:

“Práxis decoloniais e perspectivas interseccionais em diálogo com as Motricidades”

Esta seção especial da Revista Motricidades tem como centelha para sua proposição as investigações que vêm sendo desenvolvidas pelas pessoas que fazem parte da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana (SPQMH), fundada em 2003, assim como as reflexões e conhecimentos gerados pelo Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF), fundado em 1996, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nestes grupos, as pesquisas e estudos têm se baseado, principalmente, na fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty e na Ciência da Motricidade Humana de Manuel Sérgio, no que diz respeito à compreensão das Motricidades, em suas dimensões políticas e éticas, como “ação intencional e solidária da transcendência” (Sérgio, 2022). Assim, compreende-se que as Motricidades possuem a capacidade de diálogo com diferentes esferas da experiência humana, sendo o que nos permite assumir nossos modos de existência, em diálogo interdisciplinar com a Educação, Saúde, Artes, Educação Física, Lazer, Educação Ambiental, História, Sociologia, Filosofia, Perspectiva Indígena do Bem-Viver, entre outras.

Entre as pesquisas realizadas ao longo de mais de duas décadas nas comunidades de estudos SPQMH e NEFEF, intencionando superar os discursos dicotômicos do positivismo e do racionalismo, destacam-se as temáticas que, a partir das perspectivas de pessoas e grupos marginalizados pela sociedade, comprometem-se com as possibilidades de enfrentamento e superação de relações de desigualdades sociais. Estas pesquisas, também anunciam práxis que possibilitam educação das relações étnico-raciais, etárias, de classe e de gênero, problematizadas em ambientes



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

escolares e não escolares, a partir de danças, lutas, jogos, esportes, brinquedos, brincadeiras, artes, festas, cantos e contação de histórias.

Parte destas pesquisadoras e pesquisadores foi, e ainda é, inspirada pelas aprendizagens geradas na oportunidade de caminhar junto à Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora emérita da UFSCar e relatora do parecer da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, posteriormente atualizada pela Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008), que incluiu a história e cultura indígena, as quais modificaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996 (Brasil, 1996), fundamental política pública brasileira de reparação de desigualdades étnico-raciais, que explicita no seu parecer:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (Brasil, 2004, p. 8).

Mais recentemente, soma ao enriquecimento dos estudos das relações étnico-raciais, meio ambiente e perspectivas decoloniais, entre outras temáticas, no diálogo com as Motricidades na SPQMH, o “Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indigênas Abiayala” (NALDEIA). O NALDEIA é um grupo de pesquisas de estudantes indígenas, fundado em 2023 na UFSCar, composto por estudantes, professoras e professores indígenas e não indígenas, que busca:

fortalecer pessoas, identidades, filosofias, estudos (inclusive envolvendo ingresso e permanência na graduação e pós-graduação), da comunidade indígena participante da UFSCar, pautados nos



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

princípios do bem-viver, da ecologia de saberes, da decolonialidade, da interculturalidade e das ações afirmativas¹.

Também o Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana (CPQMH)², evento científico internacional organizado desde 2003 pela SPQMH, tem frequentemente buscado contemplar em suas edições as temáticas agregadoras de perspectivas interseccionais e práxis decoloniais. O evento tem contribuído com o diálogo crítico e igualitário com outras epistemologias e “projetos coletivos estéticos que primam pelo con-vívio, pela co-existência, pela co-responsabilidade, pela transformação social”³, como anunciou a oitava edição do CPQMH, com o tema *Motricidade e Interculturalidade*, realizado em 2019, em Maputo, capital de Moçambique. Outros exemplos de temáticas que subtitularam estes eventos são as do IX CPQMH: *Corpo, (Anti)Racismo e (Pós)Colonialismo*, realizado em 2023, em Coimbra, Portugal e a mais recente edição, o X CPQMH: *Motricidades (In)surgentes*, que teve lugar em Santiago, capital do Chile, em 2025. Neste último, em descrição para chamada do evento podemos ler que teve como intencionalidade:

[...] desde uma perspectiva crítica, assumir a complexidade das Motricidades, em seu plural, reconhecendo-conhecendo o caráter de práticas como jogos, lutas, danças, ginásticas, esportes, festas, cantos, contação de histórias, rituais e criações artísticas com características próprias de um povo/comunidade situado ao sul, geográfica ou metaforicamente, que envolvem tradição e resistência de tais manifestações, em contraposição, ruptura, rebeldia e insurgência ao colonialismo e a dominação epistemológica⁴.

Neste sentido, a proposta desta seção especial *Práxis decoloniais e perspectivas interseccionais em diálogo com as Motricidades*, visa reunir trabalhos que articulem as Motricidades com práxis críticas e comprometidas com a construção de uma sociedade, e consequentemente, formas de viver mais justas e equânimes para todas as pessoas.

¹ <https://www.motricidades.org/spqmh/naldeia/>

² <https://www.motricidades.org/spqmh/coloquio/>

³ <https://www.motricidades.org/spqmh/coloquio/viii-cpqmh-2019/>

⁴ idem nota 2



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

Fundamentada nas proposições de Catherine Walsh (2014), esta seção especial assume as práxis decoloniais como ações que tensionam as hierarquias de saber, buscam romper com padrões coloniais de humanidade e reconhecem a centralidade das experiências historicamente subalternizadas. Nestes movimentos, as ações transformadoras buscam se desvincular da matriz colonial de poder, valorizando outras formas de ser, conhecer e viver através de uma interculturalidade crítica que questiona o eurocentrismo e compromete-se com a justiça social, no combate ao racismo e demais desigualdades.

Neste horizonte, tais conceitos, decolonialidade e interseccionalidade, também se fundamentam no pensamento e produção de Lélia Gonzalez (1988), intelectual e ativista brasileira que, já nas décadas de 1970 e 1980, embora não utilizasse essas nomenclaturas, denunciava o racismo e o mito da democracia racial no Brasil, com ênfase no reconhecimento e valorização da resistência e identidade dos povos colonizados nas Américas. Na contestação da história oficial eurocêntrica, ao trazer à tona a tripla opressão (raça, gênero e classe) das mulheres negras e indígenas, Gonzalez (1988) propõe o termo *Amefricanidade* como categoria que expressa as identidades americana e africana em uma unidade continental, baseada na diáspora e sua história de resistência, para fortalecer a crítica à modernidade ocidental e às violências coloniais.

A perspectiva interseccional, formulada por Kimberlé W. Crenshaw (2002), aprofundada e sistematizada por Akotirene (2019), Collins e Bilge (2021), entre outras autoras e autores, nos oferece ferramentas para compreender como diferentes marcadores sociais se entrelaçam na produção de desigualdades que afetam diretamente as formas de viver de determinados grupos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A articulação teórico-política desta proposta de seção especial também encontra ressonância nas ideias de educação como prática de liberdade de Paulo Freire (1967, 1992) e bell hooks (2017), que contribuem para a construção de uma educação baseada na dialogicidade e na transformação social. Tal concepção de educação nos indica a necessidade de promover processos educativos que favoreçam a leitura crítica do mundo e a ação coletiva, valorizem a experiência, o afeto, a corporeidade e o enfrentamento das estruturas opressivas que atravessam pessoas e comunidades. Com Freire (1967, 1992) e hooks (2017) também compreendemos a urgência de denunciar as desigualdades, ao mesmo tempo em que é necessário anunciar caminhos e possibilidades para que todas as pessoas possam existir plenamente.

Desta forma, ao aproximar decolonialidade, interseccionalidade, motricidade e pedagogias críticas, esta seção especial convida professoras(es) e pesquisadoras(es) para compartilhar experiências e reflexões sobre saberes-motricidades nos campos não-escolar e escolar, tendo como objetivo central visibilizar práxis que contribuam para práticas sociais mais justas, plurais e antirracistas, destacando experiências de enfrentamento às desigualdades e potencializadoras de diferentes formas de ação intencional e solidária de transcendência.

Com isso, a Revista Motricidades da SPQMH reafirma seu compromisso com a produção e divulgação de conhecimento crítico e com a construção de uma educação comprometida com a equidade, dignidade humana e transformação social.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén; 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer n. 3, de 10 de março de 2004**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf> - Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> - Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> - Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm> - Acesso em: 27 nov. 2023.

COLLINS, Patricia H.; BILGE Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jun. 2002. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&nrm=iso> - Acesso em 8 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1992

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun., p. 69-82, 1988. Disponível em: <<https://acervodigital.academia.org.br/books/dghi/#p=2>> - Acesso em 8 jan. 2026.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

SÉRGIO, Manuel. Motricidade humana: o itinerário de um conceito. **Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 15-25, 2022. DOI: 10.29181/2594-6463-2022-v6-n1-p15-25. Disponível em:



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

<<https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2022-v6-n1-p15-25>> - Acesso em: 8 jan. 2026.

Dinâmica de submissão:

- Passo 1: Submissão de resumos de até 500 palavras até o dia 28 de abril para o E-mail claudiafoganholi@id.uff.br (contato institucional de Cláudia Foganholi, editora convidada da seção especial). Inserir como assunto da mensagem **“Resumo para edição especial da revista Motricidades”**.
- Autoras(es) com resumos aceitos serão convidadas(os) a submeter artigo completo para a seção especial pelo sistema de submissões da revista Motricidades, seguindo as diretrizes para autoras(os) da revista (<https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/about/submissions>).
- Artigos completos serão submetidos ao sistema de avaliação duplo-cego e os artigos aceitos serão publicados na seção especial da revista Motricidades.

Cronograma:

Até 28 de abril de 2026: Submissão de resumos até 500 palavras para claudiafoganholi@id.uff.br

Até 15 de maio de 2026: Divulgação por E-mail de resumos aprovados e solicitação para envio de trabalhos completos seguindo as diretrizes para autoras(es) da revista (<https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/about/submissions>).

Até 1º de setembro de 2026: Submissão de trabalhos completos pelo sistema da revista Motricidades.

Setembro de 2026: Avaliação de trabalhos completos.

Outubro de 2026: Revisão de trabalhos completos por autoras(es).

Novembro de 2026: Finalização editorial (editora da edição especial).

1º de dezembro de 2026: Submissão de trabalhos aprovados e finalizados para editoração da revista.

Dezembro de 2026: Publicação online da seção especial.



Revista Motricidades (ISSN: 2594-6463)

Em caso de dúvidas, por favor encaminhar E-mail para claudiafoganholi@id.uff.br com assunto **“Dúvida sobre seção especial da revista Motricidades”**.